

RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANA NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA: a equipe multidisciplinar para a educação das relações étnico-raciais da rede estadual de educação do Paraná

Maritana Drescher da Cruz¹

Hariane Penny De Lellis²

Flávia Carolina Silva³

Resumo

O presente artigo, de natureza qualitativa, fundamenta-se na etnopesquisa-formação para investigar o programa de formação continuada do Governo do Estado do Paraná intitulado *Equipe Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Tal programa tem como objetivo promover reflexões sobre aspectos sociais e pedagógicos relacionados à presença indígena e negra no estado, visando à capacitação de educadores/as, estudantes e da comunidade escolar sob a ótica da Educação para as Relações Étnico-Raciais. A partir do mapeamento e da análise documental do material disponibilizado aos cursistas, por meio da plataforma digital “Professor Escola Digital Educação”, busca-se compreender qual o lugar conferido às Religiões de Matrizes Africanas e de que modo essas religiosidades são abordadas na referida formação. Para compor o corpus analítico, foram selecionados e analisados os materiais da Secretaria do Estado do Paraná entre 2014 à 2022. A análise fundamenta-se em perspectivas teórico-metodológicas afro diaspóricas, especialmente na Análise Crítica de Narrativas e Atribuição de Sentidos (ACNAS-MOJÚ-MÒ), por meio da qual foi possível constatar uma tímida presença

¹ É doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR (2020-Atual). Mestra em Educação. Possui graduação em História. Atualmente é professora do quadro próprio do magistério da rede estadual de educação do Paraná, desde 2007. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação para as Relações Étnico-Raciais ERÊ YÁ - UFPR, o Grupo Àlàáfia Educação - Candomblé e Umbanda de raiz, o Grupo de Pesquisa Observatório de Culturas e Processos Político-Pedagógicos e do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB/UFPR. Tem experiência na área de História, Educação e Antropologia, com ênfase em Formação de Professoras e Professores, Educação das Relações Étnico-Raciais, atuando principalmente nos temas: Religiões de Matriz Africana, Racismo Religioso e Ensino Religioso. CV: <http://lattes.cnpq.br/4181808149919977> Email: maritana.drescher@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2344-1135>

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Positivo-UP. Pós-Graduação Lato Sensu- Aperfeiçoamento em Educação para Relações Étnico-Raciais e Direito Educacional pelo IFPR. Professora das redes municipais de Colombo e Curitiba. Integrante do grupo de estudos ErêYá/UFPR/NEAB. Colombo-Paraná. <https://orcid.org/0009-0000-2470-9944> CV: <http://lattes.cnpq.br/0217556017306089> E-mail: harianepennydelellis@gmail.com

³ Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia. Atua como professora da educação básica e integra os grupos de pesquisa ErêYá, que investiga as relações étnico-raciais nas infâncias, e TECl – Território, Educação, Cidade e Infância, voltado ao estudo das relações entre espaço urbano, políticas públicas e infâncias CV: <http://lattes.cnpq.br/5837964733549964> E-mail: flavia1140@gmail.com

— ou mesmo um silenciamento — das Religiões de Matrizes Africanas nos cadernos didáticos. Os dados revelam uma lacuna significativa na abordagem da diversidade religiosa, com especial invisibilidade das religiões de matrizes africanas. Consideramos que apesar dos avanços na implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), especialmente no tocante às religiões, esses progressos ainda ocorrem de forma lenta e insuficiente diante da urgência do enfrentamento do racismo religioso.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Formação continuada; religiões de matrizes africana.

AFRICAN-BASED RELIGIONS IN THE CONTINUING EDUCATION PROGRAM:

the multidisciplinary team of the Paraná state education network

Abstract

This article is based on ethno research-training to investigate the Paraná State Government's continuing education program, entitled "Multidisciplinary Team." The program aims to foster reflection on social and pedagogical aspects related to the Indigenous and Black presence in the state and to promote the training of educators, students, and the school community from the perspective of Education for Ethnic-Racial Relations. Based on mapping and documentary analysis of the material made available to participants through the "Professor Escola Digital Educação" digital platform, we seek to understand the place given to Religions of African Origins and how these religiosities are addressed in this training, from its implementation in 2010 to the 2024 edition. The object of study, how many texts and teaching materials were identified throughout this period? How many, in fact, address African and Afro-Brazilian issues? To compose the analytical corpus, which of these materials were selected and analyzed? The analysis is based on Afro-diasporic theoretical and methodological perspectives, especially Critical Narrative Analysis and Attribution of Meaning (ACNAS-MOJÚ-MÒ), through which it was possible to observe a predominance of themes focused on which aspects of ethno-racial relations? On the other hand, a timid presence—or even silencing—of Religions of African Origins in the textbooks was observed. The data reveal a significant gap in the approach to religious diversity, with particular invisibility of Afro-Brazilian religions, contradicting the principles of a formation committed to secular, pluralistic, and anti-racist education.

Keywords: Education of Ethnic-Racial Relations; Continuing education; African-based religions.

RELIGIONES DE ORIGEN AFRICANO EN EL PROGRAMA DE EDUCACIÓN CONTINUA:

El equipo multidisciplinario de la red educativa del estado de Paraná

Resumen

Este artículo cualitativo se basa en una formación de etnoinvestigación para investigar el programa de formación continua del Gobierno del Estado de Paraná, denominado "Equipo Multidisciplinario". El programa busca promover la reflexión sobre aspectos sociales y pedagógicos relacionados con la presencia indígena y negra en el estado, con el objetivo de formar a educadores, estudiantes y a la comunidad escolar desde la perspectiva de la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales. A partir del mapeo y el análisis documental del material disponible para los participantes a través de la plataforma digital "Educación Cotidiana", buscamos comprender el lugar que se otorga a las religiones de origen africano y cómo se abordan estas religiosidades en esta formación, desde su implementación en 2010 hasta la edición de 2024. Como objeto de estudio, ¿cuántos textos y materiales didácticos se identificaron a lo largo de este período? ¿Cuántos, de hecho, abordan cuestiones africanas y afrobrasileñas? Para componer el corpus analítico, ¿cuáles de estos materiales fueron seleccionados y analizados? El análisis se basa en perspectivas teóricas y metodológicas afrodiaspóricas, especialmente el Análisis Narrativo Crítico y Atribución de Significado (ACNAS-MOJÚ-MÒ), a través del cual fue posible observar un predominio de temas centrados en qué aspectos de las relaciones étnico-raciales. Por otro lado, se observó una tímida presencia, o incluso silenciamiento, de las religiones de origen africano en los libros de texto. Los datos revelan una brecha significativa en el enfoque de la diversidad religiosa, con particular invisibilidad de las religiones afrobrasileñas, contradiciendo los principios de una formación comprometida con la educación secular, pluralista y antirracista.

Palabras clave: Educación de las relaciones étnico-raciales; Educación continua; Religiones de base africana.

Início de uma trama

Este artigo é resultado de uma escrita coletiva e implicada, tecida entre professoras da educação básica que transitam entre os lugares dos terreiros, da escola pública e da universidade. Inseridas no campo de disputas curriculares e comprometidas com uma *práxis* educativa antirracista, buscamos compreender de que forma as religiões de matrizes africana são apresentadas/contempladas no curso de formação continuada oferecido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), especialmente nos materiais didáticos

disponibilizados entre os anos de 2014 à 2022 para as cursistas⁴ do programa Equipes Multidisciplinares (EMERER). Este programa tem como escopo a formação de professores da rede estadual de educação do Paraná, com ênfase na promoção da equidade racial e social por meio do reconhecimento da presença negra e indígena nos contextos escolares, conforme estabelecido pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08 e pela própria SEED, que afirma que a formação visa.

subsidiar e fortalecer as condições teóricas e metodológicas para a execução de um trabalho pedagógico que contribua efetivamente para uma transformação consciente e cidadã da escola e da sociedade em que está inserida” (SEED, s/d).

A pergunta que suleia⁵ este estudo é: como as religiões de matrizes africanas são apresentadas nos materiais didáticos utilizados no curso das Equipes Multidisciplinares da SEED? Interessa-nos problematizar o modo como esses conteúdos são mobilizados nos cadernos pedagógicos e refletir sobre os silêncios, apagamentos e resistências que atravessam a abordagem das religiosidades afro-brasileiras na formação docente. A pesquisa tem como objetivo geral analisar criticamente como as religiões de matrizes africanas são tratadas nos materiais didáticos da EMD, buscando evidenciar tanto as potencialidades quanto as limitações da formação continuada ofertada pela SEED no que tange ao cumprimento da legislação educacional e à promoção de uma educação laica, plural e antirracista.

A investigação ancora-se no paradigma qualitativo e adota como método a Etnopesquisa-Formação, conforme proposto por Roberto Sidnei Macedo⁶ (2010), compreendendo o processo de pesquisa como ético-político, formativo e

⁴De acordo com o Censo Escolar 2023 (BRASIL, 2024), 79,5% das docentes da educação básica no Brasil são mulheres. Por essa razão, optamos por flexionar os termos no gênero feminino ao longo do texto — como, por exemplo, ao utilizar pronomes, adjetivos e artigos definidos ou indefinidos. Tal escolha busca reconhecer e valorizar a presença majoritária das mulheres na docência, sem, contudo, excluir outras identidades de gênero.

⁵ Optamos por usar o termo *sulear*, cunhado por Marcio D’Olne Campos (1991), por corroborar da intenção interdisciplinar desse físico que buscou ressignificar o termo *nortear*. Intencionalmente os países do hemisfério norte impõe uma política de dominação aos países periféricos dos hemisférios sul. Assim esse termo se integra a essa escrita intencionalmente tecida em oposição a uma escrita colonizadora.

⁶ Como meio de dar visibilidade às pesquisadoras, mencionaremos seu nome completo, nas citações subsequentes seguiremos as determinações da NBR 10520/2023 (ABNT, 2023)

coautor. O corpus documental é composto pelos cadernos pedagógicos publicados na plataforma digital da SEED, e a análise dos dados foi realizada por meio da Metodologia *Mojú-Mò*: Análise Crítica de Narrativas e Atribuição de Sentidos (ACNAS), desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa *ErêYá* – publicizado por Lucimar Rosa Dias, Lúcia Helena Xavier e Valéria Pereira da Silva – (DIAS; XAVIER; SILVA, 2025) Esta metodologia parte da centralidade da experiência das pesquisadoras e dos sujeitos envolvidos, mobilizando os princípios do contexto, da experiência e da sociedade em suas fases: tatear, marcar e transmutar.

A pesquisa foi realizada no contexto da rede estadual de educação do Paraná, envolvendo professoras da educação básica que participaram da formação continuada promovida pelas Equipes Multidisciplinares (EMERER), assumindo, concomitantemente, as posições de cursistas e de pesquisadoras implicadas. Essa dupla condição permitiu a produção de saberes situados, atravessados pelas vivências formativas e pelo engajamento político-pedagógico das docentes no enfrentamento ao racismo religioso e na valorização das religiões de matrizes africanas no espaço escolar. Nos inspiramos a partir das ideias de Sueli Carneiro (2005), que denuncia o epistemicídio como processo sistemático de negação e silenciamento dos saberes negro-afro-brasileiros; com Azoilda Loreto Trindade (2005), cuja contribuição centra-se na valorização dos valores civilizatórios afro-brasileiros como fundamento ético e epistemológico da Educação das Relações Étnico-Raciais

A perspectiva da proposta desta formação é subsidiar e fortalecer as condições teóricas e metodológicas para a execução de um trabalho pedagógico que contribua efetivamente para uma transformação consciente e cidadã da escola e da sociedade em que está inserida, de modo que possibilite a superação da exclusão, bem como a promoção da equidade social e racial e da efetividade da aprendizagem no contexto escolar.

Para a realização deste estudo, organizamos a discussão em dois momentos. No primeiro, discutimos o processo de implementação e as normativas que fundamentam a criação das Equipes Multidisciplinares nas escolas estaduais do Paraná, além de apresentar algumas pesquisas que abordam as equipes, evidenciando seus limites e possibilidades. Em seguida, analisamos como as religiões de matrizes africana são tratadas nos materiais didáticos fornecidos às cursistas no período de 2014 a 2024. Ressalta-se que,

inicialmente, a proposta era analisar a totalidade dos dez anos do programa; contudo, os materiais referentes aos dois últimos anos foram removidos do site, inviabilizando o acesso público e, conseqüentemente, a análise completa do período proposto.

As equipes multidisciplinares (EMERER) foram criadas em 2010, e sofreu reestruturações ao longo desses quinze anos de formação continuada. Diante desse percurso histórico e institucional, torna-se necessário refletir sobre os avanços e limites das Equipes Multidisciplinares, especialmente no que se refere à implementação efetiva das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais no contexto escolar paranaense. É nessa direção que se apresenta a próxima seção.

Saberes tecidos nas equipes Multidisciplinares

A criação do curso de formação das Equipes Multidisciplinares (EMERER), no Paraná, em 2010, a partir da INSTRUÇÃO Nº 010/2010 – SUED/SEED, responde (PARANÁ, 2010) diretamente à necessidade de concretizar, no cotidiano escolar, o cumprimento das legislações que versam sobre a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no sistema educacional brasileiro. Trata-se de uma política pública estadual que busca dar materialidade ao que determinam o artigo 26-A da LDB/96, a Lei Federal nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), bem como o Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Nesse sentido, as Equipes Multidisciplinares nascem como instância formativa e de assessoramento pedagógico, com a finalidade de capacitar educadoras e estudantes da rede estadual para atuar com intencionalidade pedagógica na promoção da equidade racial e no enfrentamento ao racismo. O documento de criação da EMERER orienta a constituição e o funcionamento dessas equipes em três níveis: na SEED, nos Núcleos Regionais de Educação (NREs) e nas instituições escolares. Compete à EMERER da SEED garantir que todos os NREs e escolas da rede organizem suas equipes, fornecendo subsídios didático-pedagógicos, promovendo formação continuada e avaliando

periodicamente as ações executadas, com vistas à elaboração de relatórios públicos.

Às EMERERs dos NREs cabe orientar e acompanhar as equipes escolares, promovendo a formação docente, além de subsidiar a incorporação da ERER nos Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares. Devem, ainda, socializar experiências, fomentar ações educativas e contribuir com a mediação frente às denúncias de preconceito e racismo nas escolas.

Por sua vez, as EMERERs das instituições escolares têm entre suas atribuições a elaboração bienal de um Plano de Ação incorporado ao PPP, a mediação com professoras na construção de PTDs que contemplem a ERER e a produção de relatórios semestrais encaminhados aos NREs, além do registro sistemático das ações em atas.

Essas diretrizes configuram o escopo do curso de formação continuada, que desde 2010 tem buscado consolidar práticas pedagógicas alinhadas à legislação antirracista, excetuando-se a interrupção ocorrida durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19. Ao longo desses anos de atuação em diferentes escolas e NREs, observamos que muitas das competências previstas pela Instrução nº 010/2010 ainda não são plenamente efetivadas. A seguir, refletimos criticamente sobre os avanços e as limitações desse processo formativo, bem como sobre as reestruturações pelas quais passou o curso ao longo dos seus anos de implementação.

Entre conquistas e silêncios: caminhos das equipes multidisciplinares

As Equipes Multidisciplinares foram instituídas pelo Departamento de Diversidade, setor vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), com o propósito de

Aprofundar os conhecimentos sobre as características e realidades positivas alusivas ao continente africano, divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, além de fomentar o diálogo e a troca de experiências entre técnicos pedagógicos da SEED, Núcleos Regionais de Educação, profissionais da educação e estudantes das escolas de todo o Estado. Entre os conteúdos abordados estão povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, seus direitos e conquistas na educação; África: belezas e riquezas ocultas na história; povos indígenas: saberes e cores; heranças africanas no Brasil; modos

próprios de aprendizagem dos indígenas; movimentos de resistência dos africanos e dos afro-brasileiros; arte, cultura e política como representações do povo indígena (SEED, s.d.).

O curso de formação continuada, nomeado "Equipe Multidisciplinar", foi lançado oficialmente em setembro de 2010. No entanto, nesse momento inicial, não havia um entendimento explícito sobre as temáticas que deveriam ser abordadas, apesar de tais diretrizes estarem objetivamente dispostas na normativa vigente. Até o ano de 2013, temas diversos como gênero, feminismo, homofobia, bullying, transtornos e deficiências – ou seja, a diversidade em sentido amplo – eram inseridos nas formações promovidas pelas equipes.

Esse desvio de foco no escopo das Equipes Multidisciplinares (EMERER) não se restringiu a casos isolados, como demonstra a dissertação de mestrado de Cleber Gabriel Popov, intitulada *"Discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual em Equipes Multidisciplinares de escolas estaduais de Maringá-PR"* (2017). Nessa pesquisa, o autor analisou os Memoriais Descritivos das equipes que desenvolveram atividades nos anos de 2012 e 2013, focando em gênero, sexualidade e diversidade sexual, o que evidencia o afastamento do eixo étnico-racial originalmente previsto. Tais práticas foram observadas também em diferentes instituições escolares, inclusive naquelas em que atuamos como educadoras.

Frente a esse cenário, o movimento negro paranaense articulou uma série de tensionamentos políticos reivindicando o realinhamento das EMERER à sua função original: a promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais, conforme estabelecido pelo artigo 26-A da LDB/96, pela Lei Federal nº 10.639/03, pela Lei nº 11.645/08, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, pelo Estatuto da Igualdade Racial e demais normativas correlatas. A partir de 2014, o curso passou a ser ofertado por meio de ambientes virtuais, com a disponibilização de materiais didáticos específicos – cadernos pedagógicos e conteúdos estruturados – voltados às temáticas supracitadas. O racismo, em suas múltiplas expressões, é uma realidade presente tanto na sociedade quanto nas instituições escolares, conforme nos alertam Sara da Silva Pereira e Lucimar Rosa Dias (2019):

As diferentes leituras mostram que a existência comprovada do racismo na sociedade brasileira impede avanços por parte do povo negro, ainda que se mantenha o discurso do racismo cordial e o

mito da democracia racial que impera no Brasil. O racismo, manifestado por meio da discriminação racial, mostra sua face obscura, deixando, deixando sérias consequências para as vítimas. Por essas outras razões que ele precisa ser combatido na sociedade. Sendo assim, cabe analisar o papel da escola na (re)educação das relações étnico-raciais entre as pessoas, visando a construção de uma sociedade mais igualitária, onde se estabeleçam relações mais solidárias e de respeito entre todos. (SILVA; DIAS, 2019, p. 26)

Diante dessa constatação, reafirma-se a urgência e a importância de políticas de formação como o curso das Equipes Multidisciplinares, que vêm contribuindo significativamente para a consolidação de uma educação das relações étnico-raciais e para o fortalecimento de práticas pedagógicas antirracistas nas escolas públicas do Paraná.

Assim como esta pesquisa se dedica à análise crítica do percurso das EMERER, outros trabalhos acadêmicos – sob a forma de artigos, monografias e dissertações – também têm se debruçado sobre o tema, buscando refletir sobre as contribuições e desafios desses processos formativos. As produções disponíveis estão organizadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – trabalhos sobre Equipes multidisciplinares.

	TÍTULO	TIPO	ANO DE PUBLICAÇÃO
1	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA NA REDE ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ	artigo	2013
2	OS PLANOS DE AÇÕES DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 EM ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ: ALGUNS RESULTADOS	monografia	2015

3	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÃO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA	artigo	2016
4	EQUIPES MULTIDISCIPLINARES E SEU PAPEL NAS ESCOLAS: UMA EXPERIÊNCIA BASEADA EM OBRAS DE ARTE	Trabalho final do PDE	2016
5	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COM ARTICULADORA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 NO CURRÍCULO ESCOLAR	Trabalho final do PDE	2016
6	DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL EM EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE MARINGÁ-PR	Dissertação	2017
7	A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO COLÉGIO ESTADUAL LEÔNCIO CORREIA E A COMPREENSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Dissertação	2020

Fonte: As autoras (2025)

A partir da leitura dos materiais analisados, realizou-se uma breve exposição crítica das produções, destacando-se avanços e limitações identificados nas ações das equipes escolares. O primeiro texto evidencia que as equipes pedagógicas e a própria escola constituem-se como espaços privilegiados para a efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, promovendo a valorização da diversidade étnico-racial e o reconhecimento da pluralidade presente na comunidade escolar. Ressalta-se, entretanto, que à época do estudo (2013), a Secretaria de Educação ainda buscava estabelecer mecanismos de monitoramento capazes de assegurar a composição dessas equipes em todas as unidades escolares.

O segundo texto, uma monografia defendida em 2015, baseia-se em dados fornecidos pela CELEPAR e pela SEED, com recorte temporal nos dois primeiros anos de vigência das referidas leis (2010-2012). Por meio de análise

documental, o autor constatou que poucas escolas pertencentes ao NRE de Curitiba haviam efetivado a constituição de equipes, e entre aquelas que o fizeram, observavam-se inúmeras dificuldades na implementação de práticas pedagógicas em conformidade com a legislação. As limitações apontadas referem-se, principalmente, à escassez de materiais didáticos e à ausência de formação continuada específica. Ainda que se reconheça o esforço de parte dos(as) educadores(as) no cumprimento das exigências legais, persistem lacunas formativas, bem como uma resistência – consciente ou inconsciente – em reconhecer o racismo, dificultando, assim, a implementação de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade étnico-racial.

O terceiro texto apresenta um relato de experiência sobre a implantação de uma equipe multidisciplinar em uma instituição escolar. Ao longo de um ano letivo, diversos temas relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) foram abordados sob diferentes enfoques. O autor aponta que a experiência contribuiu para a redução de episódios de discriminação e práticas preconceituosas, como apelidos e brincadeiras ofensivas. Argumenta ainda que muitas docentes desconhecem a legislação vigente e, por conseguinte, defende que, caso houvesse tal conhecimento, como diria Nilma Lino Gomes, "não seria necessária a criação das equipes multidisciplinares, pois os docentes trabalham os conteúdos relacionados à cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena de forma natural e integrada em suas disciplinas" (GOMES, 2016, p. 11). Contudo, discordamos veementemente dessa perspectiva, uma vez que a análise se refere ao ano de 2014, ou seja, onze anos após a promulgação da Lei nº 10.639/03. Não é plausível justificar a inação docente com base no desconhecimento da norma, especialmente considerando que, desde 2003, foram realizados três concursos públicos estaduais nos quais as referidas legislações constaram como conteúdo programático. Como problematiza Jurema Werneck (2021) "O principal é dizer que o tempo da inocência já passou. Aquilo que não se via ou não se dizia ou se fingia não ver/dizer está dito: racismo. E é hora de passar adiante". Assim, torna-se inaceitável alegar desconhecimento legal como justificativa para a ausência de práticas pedagógicas antirracistas.

O quarto texto corresponde ao artigo final do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE-PR), entregue em 2016. A autora propõe abordar as equipes multidisciplinares a partir da utilização de obras de arte, empregando a metodologia da pesquisa-ação, com o intuito de desenvolver uma

intervenção formativa junto às docentes. O objetivo central era investigar os limites das práticas pedagógicas voltadas à EREER. Para tanto, foram selecionados artistas como Cândido Portinari e Tarsila do Amaral. No entanto, entende-se que artistas como Rubem Valentim e Carybé, cujas obras dialogam com as religiosidades de matrizes africana, teriam ampliado a reflexão, considerando sua relevância para a cultura religiosa dos povos afro-brasileiros.

O quinto texto também integra o acervo final do PDE-PR, entregue em 2016. Relata a experiência de uma equipe multidisciplinar em uma escola estadual do município de Pato Branco, cuja proposta consistia na utilização de vídeos, textos específicos, sugestões de atividades, questionários e referenciais teóricos. Ao final, a autora conclui que a atuação da equipe contribuiu significativamente para o fortalecimento da identidade e valorização de estudantes negros(as) e indígenas.

O sexto texto refere-se a uma dissertação de mestrado na qual o autor discute a temática de gênero e diversidade sexual no âmbito das equipes multidisciplinares em escolas do município de Maringá. Contudo, observa-se, nessa produção, um equívoco por parte dos integrantes da equipe no tocante aos objetivos que fundamentam sua existência. De acordo com a Resolução de 2010, tais equipes foram instituídas com a finalidade de promover a Educação das Relações Étnico-Raciais, e não, prioritariamente, questões relativas a gênero e sexualidade. Dado que tal enfoque não se encontra no escopo desta pesquisa, optou-se por não aprofundar as considerações do referido autor.

A sétima e última obra analisada é também uma dissertação de mestrado, centrada na atuação da equipe multidisciplinar no que tange à promoção da cidadania e dos direitos humanos em uma escola estadual de Curitiba. A pesquisa envolveu observação participante, entrevistas e aplicação de questionários. O autor conclui que a equipe constitui um importante instrumento de combate ao racismo, embora sua atuação não se configure como ampla e integral.

A análise conjunta desses trabalhos evidencia que, apesar dos limites estruturais e das negativas ainda presentes no cotidiano escolar, as equipes multidisciplinares representam um avanço significativo no apoio às professoras comprometidas com uma educação antirracista.

Caminhos que se Fazem com os Pés e com o Axé: percurso metodológico

A presente pesquisa ancora-se no paradigma qualitativo e fundamenta-se na Etnopesquisa-Formação (MACEDO, 2010), compreendida como um processo ético, político e formativo que se dá na coautoria entre pesquisadoras e sujeitos envolvidos no campo educativo. Essa escolha metodológica se justifica pelo caráter implicado das autoras, que atuam como professoras-cursistas na formação das Equipes Multidisciplinares (EMERER), participantes do processo investigado e, ao mesmo tempo, autoras da análise crítica aqui desenvolvida.

Para a análise dos dados, foi adotada a Metodologia *Mojú-Mò*: Análise Crítica de Narrativas e Atribuição de Sentidos (ACNAS), desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa *ErêYá* (DIAS; XAVIER; SILVA, 202). Essa metodologia se ancora na centralidade da experiência dos sujeitos e mobiliza três princípios epistemológicos: contexto, experiência e sociedade, sendo operacionalizada em três fases interdependentes: *tatear*, *marcar* e *transmudar*.

Na fase do *tatear*, buscou-se mapear e organizar os materiais formativos disponibilizados pela SEED/PR no âmbito da formação continuada das EMERER, entre os anos de 2014 à 2022. Essa etapa incluiu a leitura atenta dos cadernos pedagógicos, roteiros de estudo e materiais complementares, com foco na identificação de menções — explícitas ou simbólicas — às religiões de matrizes africanas.

A fase do *marcar* consistiu na identificação dos sentidos atribuídos às referências religiosas afro-brasileiras presentes (ou ausentes) nos materiais analisados. Foi realizada uma sistematização dos dados em categorias como: silenciamento, menções simbólicas, abordagens conceituais, práticas pedagógicas sugeridas e transversalidade da temática religiosa. Esta etapa buscou evidenciar as marcas das disputas epistemológicas e as formas de representação (ou apagamento) das religiosidades negras nos discursos pedagógicos institucionais.

Por fim, a fase do *transmudar* corresponde à elaboração crítica das análises, à luz das epistemologias afro-diaspóricas e do compromisso com uma educação antirracista, laica e plural. Esta etapa possibilitou interpretar as narrativas formativas à luz de autoras como Sueli Carneiro (2005), Azoilda Loreto Trindade (2005), bell hooks (1994, 2020) e Tássio Ferreira (2022), evidenciando tanto os limites quanto as potências da formação continuada das EMERER no que diz respeito à valorização das religiões de matrizes africanas.

O uso da ACNAS permitiu-nos, portanto, uma leitura situada, comprometida e transformadora dos materiais formativos, considerando a historicidade das práticas discursivas e os atravessamentos sociais que tensionam a presença (ou ausência) das religiosidades afro-brasileiras no currículo da formação docente.

Entretecendo e empretecendo os dados com a *mojú mó* (ACNAS)

Nesta seção, passamos à análise efetiva do material disponibilizado aos cursistas do curso de formação continuada das Equipes Multidisciplinares. Cabe destacar que, entre os anos de 2010 e 2013, não houve oferta de materiais sistematizados de apoio, como textos de referência ou roteiros de estudo, o que passou a ocorrer somente a partir de 2014, sendo interrompido em 2020 devido a pandemia da covid 19 e os materiais de 2022 e 2023 foram retirados do site. Assim, foram selecionados para análise os materiais correspondentes aos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2021, 2022.

Parte desses conteúdos está disponível no portal https://professor.escoladigital.pr.gov.br/equipe_multidisciplinar na seção destinada à Educadoras, especificamente na aba "Equipes Multidisciplinares". No ambiente virtual da Formação Continuada promovida pela Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais da Rede Estadual de Educação do Paraná, observa-se que os conteúdos são organizados por encontros, acompanhados de roteiros que orientam os estudos e as discussões. Esses roteiros indicam leituras obrigatórias, frequentemente disponibilizadas em formato PDF. A seguir, será apresentada uma análise da organização do material referente.

O ano de 2014, no âmbito da formação continuada analisada, teve como eixo temático central as culturas indígenas, com ênfase na aplicação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Ao longo dos dez encontros realizados, observou-se a persistente invisibilidade das religiões de matrizes africana, que aparecem de forma esporádica e marginalizada nos conteúdos propostos. Essa secundarização se manifesta desde os primeiros encontros, nos quais os roteiros se concentram na contextualização histórica e legal das referidas leis, sem qualquer referência direta às tradições religiosas afro-brasileiras, revelando uma abordagem normativa e desprovida de profundidade crítica sobre a pluralidade religiosa.

A primeira menção, ainda que indireta, ocorre apenas no terceiro encontro, com a inclusão, ao final do material, de um calendário que assinala a data de falecimento da Yalorixá Mãe Menininha do Gantois (14 de agosto de 1986), importante liderança do candomblé e referência histórica na luta pela preservação das tradições afro-brasileiras. Tal inclusão, isolada e sem contextualização, ilustra como a presença das religiosidades afrodescendentes é reduzida a alusões pontuais, sem espaço para uma discussão mais ampla e significativa.

No sexto encontro, a presença *simbólica* da cultura afro-brasileira se faz notar por meio da imagem de uma boneca preta vestida de baiana, presente na página de abertura do caderno “Diálogo dos textos e contextos da realidade da escola”. Ainda neste encontro, são destacados os “valores afro civilizatórios”, conforme sistematizados por Azoilda Loretto Trindade (2005), nos quais a religiosidade é mencionada como um dos referenciais identitários da cultura afrodescendente. Embora relevante, essa abordagem permanece no campo da abstração e não se desdobra em discussões aprofundadas sobre as práticas religiosas e seus impactos nas vivências escolares.

Somente no sétimo encontro é possível identificar um conteúdo mais explícito sobre as religiões afro-brasileiras. A página 4 do roteiro traz uma breve explicação sobre o Candomblé e a Umbanda, ressaltando aspectos como a oralidade, a relação com a natureza e a ancestralidade no caso do Candomblé, bem como a origem brasileira da Umbanda e sua confluência com o catolicismo, o kardecismo e elementos da cultura indígena. Também se faz referência ao panteão africano, apresentando os Orixás (ou Orisàs) como representações das forças da natureza. Ainda assim, a abordagem é superficial, não promovendo uma análise crítica sobre o racismo religioso ou as formas de resistências presentes nas práticas de tais religiões.

Portanto, embora o ano de 2014 tenha contemplado discussões significativas sobre a diversidade cultural, o tratamento dispensado às religiões de matrizes africana revela um processo formativo ainda marcado por lacunas e *silenciamentos*. Este panorama evidencia que, embora as religiões de matrizes africana estejam presentes em alguns momentos da formação de 2014, elas aparecem de maneira periférica.

No ano de 2015, a formação continuada promovida pelas Equipes Multidisciplinares da Rede Estadual de Educação do Paraná contou com cinco

encontros, cujos conteúdos analisados revelam a quase total ausência de discussões sobre as religiões de matrizes africanas, de forma *transversal*, solta e sem criticidade. As referências a essas tradições ocorreram apenas de forma pontual e indireta, limitadas a dois momentos específicos – nos encontros 1 e 5 – nos quais foram inseridos, nos cantos das páginas 4 e 5 dos respectivos roteiros, os poemas “Raio e Trovão” e “O Negro Venceu”, pertencentes à coletânea *Oralidade Afroparanaenses*, publicada pela editora Humaitá.

Tais textos poéticos trazem referências *simbólicas* ao universo das religiosidades afro-brasileiras, evocando elementos como ancestralidade, resistência e força espiritual. No entanto, essas menções não foram acompanhadas por discussões conceituais ou reflexões pedagógicas que pudessem contextualizá-las no âmbito das tradições religiosas afrodescendentes ou da aplicação da Lei nº 10.639/03. A inserção dos poemas, embora significativa do ponto de vista simbólico, não se traduziu em um compromisso formativo efetivo com a valorização das práticas religiosas afro-brasileiras, permanecendo restrita ao plano da estética textual.

Nos demais encontros do ano, não houve qualquer referência – textual, simbólica ou temática – às religiões de matrizes africanas, evidenciando um processo contínuo de *apagamento* desses saberes nas propostas de formação.

O ano de 2016, cuja temática central foi “Reconhecimento e Valorização Étnico-Racial”, apresentava, à primeira vista, um terreno fértil para o aprofundamento das discussões sobre as religiões de matrizes africanas no contexto da formação continuada de professoras da rede estadual do Paraná. Entretanto, a análise dos materiais formativos revela que, apesar da densidade simbólica e de algumas inserções conceituais relevantes, a abordagem dessas religiosidades permaneceu fragmentada, episódica e alheia a uma compreensão crítica e transversal que reconhecesse, de forma efetiva, o racismo religioso como uma das expressões do racismo estrutural presente na escola e na sociedade.

Desde a capa dos roteiros, que traz imagens simbólicas da cultura afro-brasileira – incluindo a figura de uma baiana com trajes típicos das religiões afrodescendentes –, há uma tentativa de inserção estética e visual da religiosidade de matrizes africanas. No entanto, essa presença não se traduz em um engajamento pedagógico mais profundo. A imagem atua como um marcador *simbólico silencioso*, cuja força é esvaziada pela ausência de referências textuais

e pela falta de articulação com os conteúdos desenvolvidos ao longo dos encontros. Tal omissão reforça a lógica da inclusão superficial, em que elementos da cultura afro-brasileira são admitidos visualmente, mas suas dimensões religiosas seguem relegadas ao campo da invisibilidade ou da exotização.

A menção textual mais consistente ocorre no Encontro 3, na seção “Encaminhamento Metodológico”, onde se discute o sincretismo religioso no Brasil e se propõe a abordagem da religiosidade como forma de resistência cultural. O trecho menciona os cultos aos *orixás* e o estigma histórico que recaiu sobre essas tradições religiosas desde o período colonial. No Encontro 3, o material apresenta uma tabela com proposta de prática pedagógica sobre “festas e lugares sagrados”, tema que poderia favorecer o diálogo com as religiões de matrizes africanas. Contudo, a tabela surge de forma descontextualizada, sem articulação com o conteúdo anterior, e é seguida por um link que remete a um vídeo sobre filosofia africana — temática relevante, mas sem relação direta com a proposta indicada. Embora o roteiro também sugira que o Ensino Religioso explore os conceitos de mito, rito e preconceito religioso, valorizando as práticas afro-brasileiras, essa abordagem está restrita a uma única seção e não se conecta às demais propostas do ano, o que enfraquece seu potencial formativo e reforça a fragmentação do tema.

Outro aspecto relevante, mas igualmente isolado, é a seção intitulada “Intolerância Religiosa”, baseada na Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação da Plataforma DHESCA. Esse trecho denuncia violações de direitos humanos nas escolas públicas brasileiras, cujas principais vítimas são os praticantes das religiões de matrizes africanas. Ainda que essa denúncia seja significativa, o material falha ao não explicitar que a intolerância religiosa contra essas tradições é, em si, uma manifestação do racismo – ou seja, racismo religioso –, perpetuado por estruturas institucionais e por práticas pedagógicas omissas. A ausência de uma discussão mais incisiva sobre essa dimensão impede a ampliação do debate para além da mera denúncia, deixando de tensionar o papel da escola como reprodutora ou agente de superação do racismo. A citação do texto de Ferretti (2007), presente na bibliografia dos roteiros, reforça a presença indireta da religiosidade afro-brasileira ao remeter às festas populares em terreiros, mas, novamente, sem um vínculo claro com as práticas pedagógicas sugeridas ao longo do ano. A presença desse autor, reconhecido por seus estudos sobre religiosidade, ilustra mais uma vez como o

tema aparece lateralmente, sem ser mobilizado de forma concreta nos processos formativos. No ano de 2017, a formação continuada, em sua etapa a distância, apresentou uma abordagem pontual e limitada sobre as religiões de matrizes africana, revelando a persistência de lacunas conceituais e pedagógicas no tratamento dessa temática. Entre os dois textos indicados como leitura obrigatória, apenas o segundo faz menção à religiosidade afro-brasileira, e mesmo assim de forma superficial, diluindo-a em meio a outros elementos culturais como capoeira, quilombos e oralidade. As casas de candomblé e umbanda são referidas como espaços de ressignificação civilizatória promovida pelos afrodescendentes, mas essa referência não é acompanhada de aprofundamento teórico nem de orientações metodológicas que subsidiem o trabalho docente com tais conteúdos em sala de aula.

A menção mais significativa às religiões afro-brasileiras surge apenas no material complementar, especialmente em um dos vídeos indicados na atividade 2, intitulado “Influências e contribuições da cultura africana no Brasil”. Nesse vídeo, o depoimento de uma mãe de santo articula religiosidade, ancestralidade e o trabalho das lavadeiras, oferecendo uma perspectiva rica sobre o papel social das mulheres negras nos terreiros e na história brasileira. No entanto, o vídeo 5 — que seria especificamente dedicado às religiões afro-brasileiras — encontrava-se indisponível na plataforma, o que impediu o acesso a um conteúdo que poderia contribuir de forma mais direta para a superação do silenciamento formativo sobre o tema. Ainda no material de apoio, destaca-se brevemente a figura de *Yaguna Dalzira*, mulher negra, ativista e praticante de religiões afro, cuja atuação é mencionada de forma pontual, mas simbólica, no reconhecimento dessas tradições como parte da resistência e da identidade afrodescendente.

A análise do material formativo de 2018 revela a persistente secundarização das religiões de matrizes africana no processo de formação continuada de educadores da rede pública. Embora haja três menções visuais e textuais ao tema ao longo do ano, elas se mostram pontuais, desarticuladas e destituídas de intencionalidade pedagógica. No material principal, uma das páginas traz a imagem de dois homens negros e uma mulher negra com trajes e adornos típicos das religiões afro-brasileiras, como os fios de conta. No entanto, tal representação aparece deslocada, sem conexão com o conteúdo tratado na página ou com o eixo temático do encontro, revelando seu caráter meramente

ilustrativo e, possivelmente, exótico — um uso simbólico esvaziado de sentido formativo, que reforça uma inclusão decorativa e não substantiva dessas expressões religiosas.

Nos materiais complementares, esse padrão se repete. Uma fotografia de jovens é acompanhada da imagem de uma mulher parda vestida com trajes associados aos cultos de matrizes africana, novamente sem contextualização e/ou debate reflexivo. A única inserção que oferece alguma densidade analítica é a indicação do artigo acadêmico *Jovens de Axé: construção de (auto)imagens, estética afro e identidade religiosa*, disponibilizado na plataforma FUNARTE+. O texto aborda questões relevantes sobre identidade, juventude e religiosidade afrodescendente, mas sua presença no material não é acompanhada de propostas de mediação didático-pedagógica, o que limita seu alcance e efeito formativo.

Desse modo, apesar das imagens e referências presentes, o ano de 2018 não apresentou uma abordagem sistemática, crítica e integrada das religiões de matrizes africana. A forma como essas manifestações aparecem no material — desconectadas, ilustrativas ou acessórias — evidencia uma continuidade nos processos de invisibilização e despolitização da religiosidade afro-brasileira no âmbito da formação docente, contrariando os princípios estabelecidos pela Lei nº 10.639/03 e os fundamentos da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

O ano de 2019 marca um ponto de inflexão no tratamento das religiões de matrizes africana nos materiais de formação continuada analisados. Sob o título *Baobás e Gameleiras: Símbolos Majestosos Africanos e Afro-Brasileiros*, o caderno pedagógico apresenta, pela primeira vez, uma abordagem sistemática e coerente dessas tradições religiosas, articulando cultura, espiritualidade e identidade negra com os princípios de uma educação antirracista. A proposta formativa contempla, de maneira transversal e intencional, a importância do Candomblé, da Umbanda e de outras expressões religiosas afro-brasileiras na construção histórica e cultural do Brasil, superando a lógica de menções pontuais e descontextualizadas observadas em anos anteriores.

O material destaca elementos centrais como a oralidade, os símbolos e os territórios sagrados das tradições afro-brasileiras, propondo atividades pedagógicas que promovem o contato direto das estudantes com essa dimensão da cultura afrodescendente. Entre as ações sugeridas, destaca-se a atividade *Visita à Praça Tiradentes: reconhecimento de Iroko*, que convida as educandas a

reconhecerem a presença de elementos sagrados no espaço urbano. A atividade *Conhecendo a Umbanda e o Candomblé* introduz aspectos fundamentais dessas religiões, enquanto *Baobás Africanos: mais que uma árvore de formas únicas* enfatiza a simbologia das árvores sagradas como expressão espiritual e cultural. Já a proposta *Religião e igual acesso aos direitos* estimula o debate sobre racismo, intolerância religiosa e a exclusão histórica da população negra, com foco na valorização das religiosidades afro-brasileiras no ambiente escolar.

Complementam o material manifestações culturais potentes, como o poema *Mulheres de Axé*, de Mel e Kandiero, e o ponto *Gameleira Branca*, de Paulo César Pinheiro, que evocam *orixás* como *Ogum Xoroquê* e *Xangô*, reafirmando a presença dos valores civilizatórios afrodescendentes na linguagem poética e simbólica. A inclusão dessas referências literárias e musicais amplia a dimensão estética da formação e contribui para a construção de uma sensibilidade pedagógica pautada no respeito à diversidade religiosa.

Em 2020, não houve continuidade do Programa de Formação Continuada da Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais da Rede Estadual de Educação do Paraná. A suspensão das atividades formativas ocorreu em decorrência da pandemia de COVID-19.

Em 2021, o material elaborado no âmbito do Programa de Formação Continuada da Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais da Rede Estadual de Educação do Paraná retomou, de forma geral, os princípios da Lei nº 10.639/2003, com ênfase em temáticas como identidade, resistência e cultura negra. No entanto, a análise crítica do conteúdo revela uma significativa omissão: ao longo de todo o material disponibilizado — incluindo textos principais, atividades propostas, imagens e recursos complementares — não há qualquer menção, direta ou indireta, às religiões de matrizes africana, como o Candomblé, a Umbanda ou outras tradições afro-brasileiras.

Essa ausência se mostra particularmente problemática ao se considerar que as religiões afrodescendentes constituem dimensões fundamentais da cultura, da cosmovisão e das formas de resistência históricas do povo negro no Brasil. Ignorar essas expressões espirituais equivale a reproduzir um processo de apagamento que contraria os fundamentos da própria Lei nº 10.639/03, especialmente no que se refere à promoção da diversidade e ao enfrentamento do racismo em suas múltiplas manifestações — entre elas, o racismo religioso.

Ao privilegiar práticas culturais desprovidas de seu contexto espiritual, o material de 2022 reproduz uma lógica de esvaziamento simbólico que dissocia cultura de religiosidade, operando uma forma sutil de apagamento. Tal omissão contraria os fundamentos da Lei nº 10.639/2003 e enfraquece os objetivos da educação antirracista, ao negligenciar o enfrentamento do racismo religioso e a valorização integral dos saberes afro-brasileiros.

Trata-se, portanto, de uma formação que, embora avance em certos aspectos, mantém a invisibilidade das religiões de matrizes africanas, perpetuando uma visão parcial e insuficiente da diversidade étnico-racial no contexto educacional.

Em 2022, o material formativo da Equipe Multidisciplinar para a EREER da Rede Estadual de Educação do Paraná concentrou-se na valorização das tecnologias sociais oriundas das matrizes africanas, com destaque para expressões como o jongo, compreendido enquanto prática cultural e forma de resistência histórica. A proposta evidenciou aspectos como a oralidade, a musicalidade e os saberes tradicionais, reforçando a importância da cultura afro-brasileira na construção da identidade nacional. No entanto, a análise crítica do conteúdo revela uma omissão significativa: a religiosidade de matrizes africanas, componente estruturante dessas práticas culturais, foi completamente desconsiderada ao longo do material.

Ainda que elementos culturais afrodescendentes tenham sido mobilizados com certa ênfase, essa abordagem ocorreu de forma fragmentada, desarticulada da cosmovisão que integra, de maneira indissociável, cultura e espiritualidade nas tradições africanas e afro-brasileiras. A ausência de qualquer referência ao Candomblé, à Umbanda ou a outras expressões religiosas negras evidencia uma lacuna formativa relevante, pois impede que as educadoras compreendam a dimensão religiosa como parte integrante do legado civilizatório africano.

Ressonâncias Finais de uma Caminhada Implicada

O presente estudo teve como propósito investigar, a partir de uma análise documental de materiais formativos disponibilizados em âmbito estadual, como

as religiões de matrizes africanas foram contempladas — ou silenciadas — nos processos de formação docente voltados à implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Com base em uma abordagem qualitativa, de natureza crítica, analisou-se uma insuficiência desses conteúdos nos textos oficiais ao longo dos anos, em especial quanto à sua dimensão espiritual, epistêmica e civilizatória. A questão central da pesquisa girou em torno da visibilidade conferida às tradições religiosas afro-brasileiras e sua articulação (ou dissociação) dos marcos legais que sustentam uma educação laica, plural e antirracista.

A análise revelou que, embora existam esforços pontuais de reconhecimento da cultura afro-brasileira — como a valorização de práticas como o jongo ou da oralidade —, as manifestações religiosas afrodescendentes foram, majoritariamente, ignoradas ou abordadas de modo periférico, ilustrativo e sem aprofundamento crítico. A ausência sistemática desses conteúdos, sobretudo em anos como 2016, 2018 e 2021, denuncia uma lógica formativa que ainda privilegia leituras culturalistas e despolitizadas da diversidade, o que não contribui para o combate ao racismo religioso no espaço formativo. A invisibilização da dimensão religiosa afro-brasileira fere o princípio de uma educação comprometida com os direitos humanos e com a superação das desigualdades raciais.

Ainda que o ano de 2019 tenha se constituído como um marco positivo ao trazer uma abordagem mais consistente sobre as religiões de matrizes africanas, este avanço pontual não se sustentou nos anos subsequentes, o que aponta para a descontinuidade e fragilidade das políticas formativas. A falta de uma abordagem transversal e a omissão do debate sobre o racismo religioso como categoria analítica contribuem para a manutenção das violências simbólicas que incidem sobre os corpos e territórios de axé.

Este estudo reforça, assim, a urgência de que as políticas públicas de formação docente assumam o enfrentamento do racismo religioso como eixo central e estruturante. Isso implica pensar práticas pedagógicas que reconheçam as religiões de matrizes africanas não como exotismo ou adereço cultural, mas como sistemas complexos de conhecimento, espiritualidade e resistência. A formação docente, nesse sentido, deve ser concebida como espaço de disputa simbólica, curricular e política, para que a escola pública possa tornar-se território de emancipação e não de repetição de violências coloniais.

Como desdobramento, este trabalho aponta para a necessidade de aprofundamento de investigações que problematizem as lacunas formativas em torno da dimensão religiosa afro-brasileira, bem como da construção de materiais didáticos que articulem espiritualidade, ancestralidade e conhecimento, em diálogo com os territórios sagrados e os sujeitos de *axé*. A escola, enquanto espaço de formação humana, não pode continuar legitimando, mesmo que por omissão, o silenciamento histórico dessas práticas e saberes. Que se repensem os currículos, as formações continuadas, e os pactos institucionais que ainda resistem ao chamado da justiça epistêmica.

Concluímos, portanto, que sem enfrentar o racismo religioso, não há como edificar uma educação verdadeiramente democrática. Que este chamado ecoe nos corredores das escolas, nas rodas de formação, nos documentos que orientam os fazeres pedagógicos. Como nos inspira Azoilda Loretto da Trindade (2005), é no cotidiano — este entendido como vibrante, como lugar de desafios, inquietações, movimento, encontros e desencontros, alegrias, emoções, prazeres, desprazeres, produções de saberes, de conhecimento e de múltiplos fazeres — que habitam pessoas buscentes, pesquisadoras de suas próprias práticas. Que seja nesse cotidiano, vivo e potente, que se fortaleça o compromisso com uma escola laica, plural, antirracista e de qualidade

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520:2023 — *Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BRASIL. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB* Lei nº 9.394. Promulgada em de 20 de dezembro 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Profissional (CP). *Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Homologado em 19 de maio de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1,

p. _____. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Panorama das mulheres na educação básica segundo o Censo Escolar 2023*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CAMPOS, Marcio D’Oliveira. *A Arte de sulear-se*. In: SCHEINER, Teresa Cristina (Coord.). **Interação Museu-Comunidade pela Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: TACNET Cultural/UNI-RIO, 1991.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COQUEIRO, Edna Aparecida; SILVA, Eleuza Teles da; Aparecida; LOPES, Tania Aparecida; SANTOS, Kenneth Dias; ROCHA FILHO, Luiz Camões Pedroso. *Equipe multidisciplinar: uma experiência da educação das relações étnico-raciais e indígena na rede estadual de educação do Paraná*. Disponível em <https://docplayer.com.br/13134879-Coqueiro-edna-aparecida-1-seed-silva-eleuza-teles-da-2-seed-lopes-tania-aparecida-3-seed-santos-kenneth-dias-dos-4-seed.html>. Acesso 10.jan.2022.

CRUZ, Maritana Drescher da; DIAS, Lucimar Rosa. Religiões de matriz africana e ensino religioso no Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná de 2007 a 2016: desafios para a formação de professoras e professores. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, Sinop/MT, v. 10, n. 3, p. 478–493, ed. especial, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/educacao/article/view/4312>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DIAS, Lucimar Rosa; XAVIER, Lúcia Helena; SILVA, Valéria Pereira da Silva. Mojú-Mò - Análise Crítica de Narrativas e Atribuição de Sentidos (Acnas): o grupo de pesquisa Erêyá empretecendo a metodologia científica. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 18, n. 00, p. e025012, 2025. DOI: 10.26843/ae.v18i00.1356. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1356>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FERREIRA, Tássio. *Pedagogia da circularidade: ensinagens de terreiro*. Rio de Janeiro: Telha, 2021. 158 p.

GOMES. Lucas Ferreira. *Equipe multidisciplinar na educação básica: Reflexão sobre uma experiência*. Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e

possibilidades. São Paulo – SP, 13 a 16 de julho de 2016. Disponível em http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/4584_2270_ID.pdf. Acessado 11. Jan.2022

GOMES, Nilma Lino. *Educação e diversidade: diálogos para a formação docente*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério da Educação, 2016. 120 p.

GOUVEIA, Camila Souza; KLIEMANN, Gisele. *Candomblé* (recurso eletrônico). São Leopoldo, casa leiria. 2021. Série Cartilhas Pedagógicas. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/olma/cartilhaspedagogicas/v2/index.html>. Acessado 13 de mar. De2022.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.

HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Tradução de Bhuvi Libânio. São Paulo: Elefante, 2020.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Compreender/mediar a formação: o fundante da educação*. Brasília: Liber Livro, 2010. DOI: 10.15687/rec.v3i1.9111. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/9111>. Acesso em: 14 jul. 2025.

WERNECK, Jurema. *O que é racismo estrutural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MASCARENHAS, Rose Xavier da Costa. *Os planos de ações das equipes multidisciplinares para implementação da lei 10.639 em escolas estaduais do Paraná: Alguns resultados*. 54p. (monografia em ERER). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/42690>. Acessado em: 11 jan.2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação (SUED). *Instrução n.º 010, de 2010 – SUED/SEED*. Estabelece Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. Curitiba, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Abordagens e aspectos sociais e pedagógicos sobre a presença indígena e negra no Paraná – PVA*. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://celepar7.pr.gov.br/capacitacao/consulta/portal/consulta/evento.asp?CodEvento=81774>. Acesso em: 14 jul. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Formação continuada para equipes multidisciplinares*. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Formacao-continuada-para-equipes-multidisciplinares>. Acesso em: 14 jul. 2025.

PASSOS, Simone. Equipe multidisciplinar como articuladora da implementação das leis 10.639/03 E 11.645/08. In. PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SUPERINTENDENCIA DA EDUCAÇÃO – SUED; DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS - DPPE PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: Produções didático-pedagógicas*, 2016. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Curitiba: SEED-PR, V.1 Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2014_uem_edfis_artigo_jucelia_celeste_ponce_santos.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021

PONCE, Jucélia Celeste; BITTENCOURT Cândida de Carvalho. Equipes Multidisciplinares e seu papel nas escolas: uma experiência baseada em obras de arte. In. PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SUPERINTENDENCIA DA EDUCAÇÃO – SUED; DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS - DPPE PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: Produções didático-pedagógicas*, 2016. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Curitiba: SEED-PR, V.1 Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2014_uem_edfis_artigo_jucelia_celeste_ponce_santos.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021

POPOV, Cleber. Discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual em equipes multidisciplinares de escolas estaduais de maringá-PR. 159p. (dissertação de mestrado em educação) Universidade estadual de Maringá. Maringá. 2017. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2017/2017%20-%20Cleber%20Popov.pdf>. Acessado 11.jan.2022. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/olma/cartilhaspedagogicas/v2/index.html>

SILVA, Gisele Rose da. Azoilda Loreto da Trindade, O baobá dos Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2021

SILVA, Luiz Henrique. *A equipe multidisciplinar do colégio estadual Leôncio Correia e a compreensão de cidadania e Direitos Humanos*. 118p. (dissertação de mestrado em sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/71054> . Acessado em: 11jan.2022.

SILVA, Sara Pereira; DIAS, Lucimar Rosa. Reflexões sobre racismo e a (re)educação das relações étnico-raciais na escola. In: DIAS, Lucimar Rosa; BATISTA, Clarice Martins de Souza (Orgs.). *Reflexões e experiências na construção de uma educação antirracista no contexto do grupo de estudos e pesquisa ErêYá*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. p. 25-35.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. *A formação da imagem da mulher negra na mídia*. 2005. Tese (Doutorado em ____) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/doutorado/teses_2005.html#2. Acesso em: 14 jul. 2025.